Sumário

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO 9

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: MOTIVOS, NECESSIDADE E INQUIETAÇÕES DA PESQUISA 15

1.1. Problematização: por que investigar o impacto da reforma tributária do consumo para o produtor rural 17

1.2. Lacuna científica e relevância prática 19

1.3. Pergunta central e perguntas derivadas 20

1.4. Objetivos 21

1.5. Hipótese central 22

1.6. Delimitações: escopo setorial, período, fontes normativas e jurisprudenciais 24

1.7. Metodologia 26

1.8. Materiais e fontes 28

CAPÍTULO 2. O SETOR DO AGRONEGÓCIO: CONCEITO, ORGANIZAÇÃO E ESPECIFICIDADES 33

2.1. Conceitos de agronegócio e delimitação jurídica da atividade agropecuária 34

2.2. Cadeias produtivas: insumos, produção primária, industrialização, distribuição e exportação 41

2.3. Características econômicas relevantes à tributação: sazonalidade, perecibilidade, volatilidade de preços, contratos de integração 45

2.4. Formas organizacionais: produtor pessoa física e jurídica, cooperativas, *tradings*, agroindústria 48

2.5. Formação de preços e efeitos de caixa 51

2.6. Cenário da tributação sobre o consumo no agronegócio: ICMS, IPI, ISS, PIS e COFINS 54

CAPÍTULO 3. REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA (RMIT) E PERCURSO GERADOR DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDO 59

3.1. O que é a RMIT? 62

3.2. Critério material 65
3.3. Critério espacial 69
3.4. Critério temporal 71
3.5. Critério pessoal 74
3.6. Critério quantitativo 77
3.7. Percurso gerador de construção de sentido 79
3.8. Finalidade da utilização da RMIT no presente trabalho 83

CAPÍTULO 4. A REFORMA TRIBUTÁRIA E O IVA DUAL: ARQUITETURA GERAL DO IBS E DA CBS 87
4.1. Contexto geral da Emenda Constitucional 132/2023 89
4.2. Os novos princípios: neutralidade do IBS e da CBS, simplicidade, transparência, justiça tributária e defesa do meio ambiente 92
4.2.1. Neutralidade do IVA 94
4.2.2. Simplicidade 96
4.2.3. Transparência 97
4.2.4. Defesa do meio ambiente 98
4.3. Arquitetura geral do IVA dual (IBS e CBS) 99
4.3.1. Critério material 100
4.3.2. Critério espacial 101
4.3.3. Critério temporal 103
4.3.4. Critério pessoal 104
4.3.5. Critério quantitativo 106
4.4. Breve menção aos regimes específicos e diferenciados 108
4.5. Transição do modelo anterior e governança federativa 110
4.6. *Split payment* 116
4.7. Repercussões preliminares para o setor agro (visão panorâmica) 118

CAPÍTULO 5. ANÁLISE NORMATIVA DO IBS/CBS-AGRO: ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DA RMIT ESPECÍFICA PARA POSSIBILITAR A ANÁLISE DOS IMPACTOS 121
5.1. Mapeamento da legislação infraconstitucional do IBS e da CBS pertinente ao agronegócio 121
5.2. Antes da porteira: como fica a tributação com o diferimento? 123
5.3. Dentro da porteira: produtor rural como ator principal da reforma tributária sobre o consumo 130
5.3.1. Produtor rural contribuinte 131

5.3.2. Produtor rural não contribuinte 133
5.3.3. Produtor rural integrado 135
5.3.4. Quadro resumo 136
5.4. Depois da porteira: creditamento como protagonista 137
5.5. Situações especiais de tributação com o IBS/CBS-Agro 142
5.5.1. Contrato de *barter* 143
5.5.2. Cooperados 143
5.5.3. Contrato de parceria 145
5.5.4. Contrato de arrendamento 146
5.6. Exportações e desonerações na cadeia 150
5.7. Itens de cesta/essencialidade e seletividade (quando aplicável) 153
5.8. Regra matriz de incidência do IBS/CBS-Agro 156
5.8.1. Critério material: atos/fatos nucleares na cadeia agro 157
5.8.2. Critério espacial 158
5.8.3. Critério temporal 159
5.8.4. Critério pessoal 160
5.8.5. Critério quantitativo 161

CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS OPERACIONAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO AGRONEGÓCIO 167
6.1. Fluxo de caixa: o produtor será afetado com a reforma tributária e diminuirá a sua margem, podendo tornar a atividade inviável em alguns cenários? 168
6.2. Obrigações acessórias: uma nova realidade 170

CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES 175

BIBLIOGRAFIA 179